

CEI investigará rombo no IPC



Faria: defesa não convence

BRASÍLIA — Nada menos que 340 parlamentares, entre os quais o ex-presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, assinaram ontem documento pedindo à Câmara a formação de uma comissão especial de inquérito contra o deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), acusado de ter provocado um rombo de 4,4 bilhões de cruzados novos no Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), no período em que foi presidente do órgão. Além da CEI, os parlamentares querem também a explosão de Faria do partido e a abertura de inquérito policial.

A Mesa da Câmara, porém, só tomará providências depois de receber o relatório do Conselho Deliberativo do IPC, perante o qual o deputado fez ontem um depoimento. Sua defesa será analisada e, quarta-feira, em nova reunião, ele será questionado pelos conselheiros.

Gustavo de Faria apresentou-se visivelmente tenso à reunião de ontem. Leu um relatório em sua defesa. Considerou-se injustiçado; vítima de

perseguição política do governador Moreira Franco, do Rio de Janeiro. Acusou o jornalista que fez a denúncia de estar a serviço daquele governo. “Fui acusado e condenado sem sequer ter sido ouvido por quem, sob o manto da imprensa livre, deseja servir como lácio aos interesses de meus inimigos políticos”, disse.

Quanto às acusações, repetiu a defesa que já havia encaminhado à Mesa da Câmara e apresentou o parecer de uma empresa de auditoria. Em resumo: com o advento do Plano Cruzado, os títulos de dívida agrária, adquiridos pelo IPC, deixaram de ser rentáveis. Foram trocados por obrigações da Eletrobrás, mas, a seguir, como estas iam ser convertidas em ações — “um negócio de risco” —, ele conseguiu, numa operação casada, trocá-las por debêntures de A Rural e Colonização S.A., resgatáveis em 10 anos. Com isso, evitou “estrondoso prejuízo” de cinco milhões de cruzados que o IPC teria com as obrigações da Eletrobrás.

Para Ruy Bacelar, a defesa

foi “muito fraca” e não entrou no mérito” das acusações. Não explicou, por exemplo, a “operação triangular ou quadrangular” em que entraram a corretora HP e uma empresa chamada Fundacem — operação em que, no mesmo dia, títulos comprados por 1,3 bilhão de cruzeiros foram adquiridos pelo IPC por 4,3 bilhões. Para o senador, essa foi uma operação “ilegal e imoral”. As debêntures, por sua vez, que deveriam ter sido entregues no final do ano passado, só o foram há dois dias. E trazem quatro irregularidades nos dados contidos no verso (data de emissão, valor, data de vencimento e data da Assembléia), além de “inobservância de requisitos legais para a emissão dos certificados”.

Na sessão da Câmara, à tarde, a deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP) encaminhou à Mesa pedido de instauração de uma CEI. O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) quer que a Mesa da Câmara abra inquérito e pediu à direção do PMDB que expulse o deputado.